

1820

João Tavares

A perspetiva de Franco Nogueira sobre o imperialismo russo

Doutorando em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Docente na Faculdade de Direito e de Ciência Política da Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto e investigador convidado no CEAD Francisco Suárez.

Resumo

Tendo como ponto de partida a monografia Teoria de um império – breve síntese da política externa russa da autoria do embaixador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), e considerando as orientações de política externa da União Soviética, procuramos explicar o porquê de o imperialismo tradicional russo persistir na política externa soviética, após a queda do Império Russo? Pretendemos com esta investigação é evidenciar que, apesar da rutura política e ideológica efetuada pelo regime comunista em relação ao regime czarista, após a Revolução Russa de 1917, o imperialismo tradicional russo enquanto ideia não se extinguiu. A mesma ideia imperial que dominou o regime czarista permaneceu na política externa soviética, uma vez que estava em causa a personalidade coletiva do povo russo e a tendência imperialista da alma eslava, sendo irrelevante se o Estado russo era uma monarquia absoluta governada pelo czar ou se era um regime totalitário governado pelo secretário-geral do Partido Comunista soviético.

Abstract

Taking as our starting point the monograph *Teoria de um império - breve síntese da política externa russa* by ambassador Alberto Franco Nogueira (1918-1993), and considering the foreign policy orientations of the Soviet Union, we seek to explain why traditional Russian imperialism persisted in Soviet foreign policy after the fall of the Russian Empire. The purpose of this research is to show that, despite the political and ideological rupture made by the Communist regime in relation to the Tsarist regime after the Russian Revolution of 1917, traditional Russian imperialism as an idea was not extinguished. The same imperial idea that dominated the Tsarist regime remained in Soviet foreign policy, since the collective personality of the Russian people and the imperialist tendency of the Slavic soul were at stake, and it was irrelevant whether the Russian state was an absolute monarchy ruled by the Tsar or a totalitarian regime ruled by the General Secretary of the Soviet Communist Party.

Introdução

Na reta final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o então diplomata Alberto Franco Nogueira elaborou o seu quarto relatório anual o qual chamou *Teoria de um império - breve síntese da política externa russa*, onde efetuou uma análise evolutiva da política externa russa, em formato de monografia, que é um reflexo da *realpolitik* no seu pensamento (Pinto, 2013).

Neste relatório, Franco Nogueira revela uma sensibilidade apurada em relação ao contexto histórico, enunciando as linhas de força da política externa para a conquista da hegemonia, que visavam o controlo sobre o continente asiático e a intenção russa em dominar o continente europeu (Nogueira, 2004). Por outras palavras, impor a hegemonia russa sobre a região euroasiática (Tomé, 2018).

De acordo com o referido relatório, Franco Nogueira entende que a política externa russa é imutável e constante, independentemente das condicionantes domésticas ou externas, e da ideologia dominante da classe política do regime em vigor (Nogueira, 2004). Ou seja, a política externa russa será sempre a mesma independentemente de ser uma monarquia ou

uma república, de ser governada por um czar ou pelo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o seu Comité Central, porque “o que deve, portanto, estar em causa, não é a personalidade do ditador moscovita e a doutrina do partido comunista: o que deve estar em causa é a personalidade coletiva do povo russo e a tendência imperialista da alma eslava” (Nogueira, 2004, p. 202) cuja tese encontrava semelhanças com o caso do imperialismo alemão. Franco Nogueira “não ignorava o argumento da fraternidade universal das massas, mas julgava-o mera alegação propagandística ao serviço dos objetivos russos (e não soviéticos) tradicionais” (*ibidem*) que eram o controlo absoluto da Eurásia, com aplicação efetiva de todos os recursos disponíveis do Estado russo.

Neste relatório anual, Franco Nogueira ainda previu o papel que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) viria a obter no pós-Segunda Guerra Mundial, sempre tendo em consideração o contexto histórico e a respetiva evolução, tendo em consideração “as linhas gerais e permanentes de uma opção estatal imperialista e hegemónica” (Brandão, 2004, p. 17), facultando assim ao leitor um vislumbre antecipado do imperialismo russo encarnado pela União Soviética como uma das duas futuras superpotências hegemónicas da ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial (Tavares, 2023).

Ao mesmo tempo, manifestou uma perspetiva realista sobre o futuro do Velho Continente e os Estados europeus, que seria confirmada com a emergência de uma cortina de ferro no continente europeu e a subsequente vaga da descolonização, eventos esses nos quais “as preocupações de Franco Nogueira vieram-se a confirmar com a desintegração do Império Britânico, e com as abdições forçadas das possessões coloniais da parte de outros Estados europeus como a França, a Bélgica e a Holanda” (Tavares, 2023, p. 171).

Tal como é evidenciado pela História (Nogueira, 2004), desde os primeiros monarcas moscovitas até o último czar, Nicolau II da dinastia Romanov, transitando para a Rússia soviética sob a liderança dos secretários-gerais do PCUS, desde Vladimir Lenine até Mikhail Gorbatchov, que, em ambos períodos históricos, a Rússia sempre manteve o seu comportamento

imperial, independentemente da sua encarnação estadual, e condicionada pelos seus constrangimentos internos.

Tendo a monografia da autoria de Franco Nogueira como ponto de partida, procuramos explicar o porquê da ideia imperial russa persistir durante a existência da URSS?

A leitura de Franco Nogueira sobre a ideia de imperialismo russo

Historicamente, a Rússia sempre foi uma potência euroasiática, quer em termos territoriais, quer em termos militares, uma vez que se expandia para todos os lados e gerava receio nos seus rivais e vizinhança (Tomé, 2018).

De acordo com Franco Nogueira, a formação da identidade russa começou muito antes do principado da Moscóvia¹. Os períodos de formação do Estado russo podem ser organizados em três eras, que contribuíram para a criação dos pilares que vão sustentar o principado da Moscóvia². Por outras palavras, as principais linhas de força da política externa russa tiveram origem na procura do Czarado da Rússia, o Estado sucessor do principado da Moscóvia, em se afirmar como uma potência regional, o que conseguiu durante o reinado de Pedro, o Grande (Milhazes, 2022).

Importa observar que o carácter complexo impresso no principado da Moscóvia era o clima e a geografia, uma vez que se encontrava entre dois mundos opostos, de influências ocidentais e orientais, aonde “por um lado, a Moscóvia abria as suas fronteiras ao Oriente mongol e tártaro; para outro, confinava com o ocidente cristão e com o prestígio de Bizâncio” (Nogueira,

1 “A Rússia de Kiev criou a tradição e a lenda heróica, personificadas uma e outra em Vladimiro. O principado de Rostov-Sousdal, na bacia do alto Volga, forneceu, a partir do reinado de Jorge II, o fundo religioso e monástico do feitiço russo. E as repúblicas do Norte, polarizadas em Novogorod, representaram a fisionomia social, económica e comercial” (Nogueira, 2004, p. 174).

2 “A era da Rus Kievana, das suas raízes no século IX à invasão mongol de 1237-1240; um século de domínio mongol de 1240 a cerca 1340, durante o qual as tradições e estruturas kievanas perderam a sua força e os principados da Rus adaptaram a suserania mongol e tártara; e o período de cerca 1340 até meados do século XV, quando foram estabelecidas as fundações do novo Estado da Moscóvia” (Martin, 2017, p. 35).

2004, p. 176), cujo resultado foi “a formação de um sedimento convulso de messianismo irradiante e heróico” (Nogueira, 2004, p. 178), algum sem comparação com qualquer outra nação na Europa, após a queda do Império Romano do Oriente, também conhecido por Império Bizantino³ ou a Roma do Oriente.

Como nota Franco Nogueira, “seria preciso (...) que chegasse o reinado de Pedro o Grande para que a Moscóvia alcançasse a sua primeira grande vitória em matéria de política externa” (Nogueira, 2004, p. 181), quando Carlos XII da Suécia invade os territórios que correspondem geograficamente à atual Ucrânia e as tropas russas conseguem aniquilar as forças invasoras com sucesso. A derrota sueca conduziu à celebração do Tratado de Nystadt, em 1721, no qual consagrava a posse russa sobre o Báltico, permitindo, desta forma, os russos adquirirem mais prestígio internacional e alcançar o estatuto de potência regional dentro do sistema internacional.

Ao mesmo tempo, que a monarquia russa foi estabelecendo os primeiros contactos diplomáticos com o Ocidente, o regime moscovita procurou assegurar a liberdade de circulação na região do Báltico, abrindo caminho para novas conquistas russas na região sobre os territórios dos Estados vizinhos.

A Rússia, por conseguinte, moveu tropas para o sul em direção à zona do Mar Negro e à fronteira com Império Otomano, numa jogada geopolítica na qual a monarquia russa obteve um triunfo precário com a conquista de Azov, que seria confirmada com a celebração do Tratado de Constantinopla de 1696. Todavia, os objetivos de expansão russa para o sul só foram concretizados com a chegada de Catarina II, mais conhecida como Catarina, a Grande, à coroa imperial de Moscovo a partir de 1729. Como nota Franco

3 Como consequência, desapareceu a Segunda Roma, providenciando a oportunidade do maior império ortodoxo sobrevivente, neste caso, aquele que cujo soberano é o Czar de Moscovo, de reclamar a herança da ortodoxia bizantina, o que se traduziu na definição de Moscovo como a Terceira Roma, e com isso veio “a base ideológica da formação do reino moscovita” (Nogueira, 2004, p. 178) que contribuiu para a autocracia dos czares ser realizada sob uma vocação messiânica exclusivamente russa.

Nogueira, a czarina “com olhos postos na obra de Pedro, o Grande, procurou uma transformação radical da Rússia” (Nogueira, 2004, p. 183).

Após a primeira partilha da Polónia, em 1772, czarina Catarina II procurava obter o acesso ao Mar Mediterrâneo, numa alusão ao controlo russo sobre o estreito de Bósforo, para estender o controlo russo sobre o sul em direção aos domínios otomanos, numa ambição de se apoderar de Constantinopla otomana⁴. A czarina sonhava em expulsar os turcos de Constantinopla e controlá-la, porém, não o conseguiu atingir esse objetivo, mas conseguiu conquistar a península da Crimeia em finais do século XVIII⁵, e o seu sucessor Alexandre I recuperou à Pérsia os territórios do Cáucaso. Em 1801, anexou o antigo e independente reino da Geórgia, que a Pérsia considerava estar na sua esfera de influência. Em 1804, avançou ainda mais para Sul, cercando Yerevan, capital da Arménia, uma possessão cristã da Pérsia, procurando flanquear os otomanos e ameaçar Constantinopla.

A presença da Rússia no Próximo Oriente e no Cáucaso começava a preocupar ao Império Britânico, uma vez que, a expansão czarista na região ameaçava os interesses britânicos na Índia. Ao mesmo tempo, devido à expansão russa no Leste Europeu, a coroa russa passou a assumir uma posição de antagonismo para com o Reino da Prússia e ensaiava uma aproximação ao poder imperial austríaco, assim como contribuiu para o princípio do fim do Império Otomano enquanto grande potência no sistema internacional.

O aparecimento de Napoleão Bonaparte e do Império Francês foi mais um momento de perturbação do equilíbrio da balança de poderes no continente europeu. Napoleão Bonaparte ofereceu ajuda aos persas para enfrentar a Rússia, e em troca da utilização da Pérsia como caminho

4 A geopolítica russa, que retoma desde finais do século XVII, sempre perseguiu um objetivo estratégico, a conquista de Constantinopla, no qual pretendia a libertação dos cristãos ortodoxos sob jugo muçulmano, e ao mesmo tempo, lhe daria o controlo dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos, de forma a assegurar, o acesso russo ao Mar Mediterrâneo (Nogueira, 2004; Milhazes, 2022).

5 Como consequência da conquista russa da Crimeia, o Mar Negro passou a ser um lago russo, com a construção de uma base naval russa em Sebastopol, permitindo a frota russa ficar a dois dias de distância de Constantinopla (Milhazes, 2022).

de passagem para invadir a Índia, o que fez parar o avanço russo. Em 1807, após subjugar a Áustria e a Prússia, derrotou os russos em Friedland, desta forma, forçando-os a aderir ao bloqueio continental, destinado a isolar e a derrotar a Grã-Bretanha, o que contribuiu para a eclosão das guerras napoleónicas, que viriam a terminar com a derrota francesa⁶ e a emergência de uma nova ordem europeia⁷.

Na sequência do novo arranjo europeu no sistema internacional, a trégua entre a Rússia e a Pérsia no Cáucaso, no qual a Pérsia acabou por aceitar a soberania russa entre o Cáucaso e o Mar Cáspio e em grande parte do Azerbaijão, permitiu aos russos a possibilidade de virar as suas atenções para a Ásia Central. Mas, para chegar à Índia, o exército russo teria de passar pelo Afeganistão, o que levou os britânicos apoiar a liderança afegã existente, de forma a manter o Afeganistão forte e unido por um governo central em Cabul, desta forma, transformando o Afeganistão num Estado-tampão entre os seus interesses russos e britânicos na região.

Em 1848, tinham eclodido as revoluções nacionalistas em várias capitais europeias, num choque entre governantes e governados. Considerando-se o guardião dos locais sagrados cristãos na Terra Santa, então parte da soberania do Império Otomano, o czar Nicolau I invadiu as províncias setentrionais dos Balcãs, alegadamente para proteger os cristãos eslavos daquela região, ignorando um ultimato dos otomanos para retirar, pondo uma vez mais os dois países em guerra. Os britânicos e os franceses, determinados a manter os russos afastados do Próximo Oriente, aliaram-se ao sultão otomano. Como consequência, eclodiu a Guerra da Crimeia, que ninguém queria e que poderia facilmente ser evitada, e que terminou com a derrota russa pela coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha, e o Império Otomano. Esta coligação, que contou ainda

6 Após a derrota de Napoleão Bonaparte em 1812, o czar Alexandre I solicitou, no Congresso de Viena, a modificação do mapa político da Europa, exigindo o controlo da Polónia. Perante a forte oposição britânica, Alexandre I concordou em dividi-la com a Áustria e a Prússia (Nogueira, 2004).

7 No século XIX, as guerras na Europa para fomentar revoluções ou conquistar território, passaram a ser vistas como ameaças ao equilíbrio da balança de poderes entre as grandes potências do concerto europeu.

com o apoio do Império Austríaco, foi formada como reação às pretensões expansionistas da Rússia (Duroselle, 2013).

No Extremo Oriente, a Rússia continuava a procurar alterar equilíbrio estratégico na região a seu favor, uma vez que continuava a sonhar abrir para si todo o Extremo Oriente, com os seus recursos e mercados por explorar, antes dos outros poderes imperiais o conseguirem⁸.

Na sequência da pilhagem colonial sobre os territórios chineses, a Rússia obteve o porto de águas quentes de Port Arthur, desenvolvimento esse que ameaçava os interesses regionais do Japão, o que contribuiu para a eclosão da Guerra Russo-Japonesa, no qual a capitulação russa abalou o seu prestígio profundamente, sendo a humilhação russa total e o sonho do czar Nicolau II de construir um novo império no Oriente foi interrompido.

De certa forma, a Guerra Russo-Japonesa está na origem da queda da monarquia czarista durante participação russa na Primeira Guerra Mundial. Como nota Franco Nogueira, “a Revolução de 1917 foi apenas um ato de realização exterior. A sua preparação fora longínqua. Os erros dos governantes; a incompreensão perante o estado da massa popular; os desastres do exército russo na frente leste, a desmoralização administrativa; o aviltamento das classes dirigentes; a propaganda alemã não fizeram mais do que resolver num ato violento uma crise que se avolumava havia dois séculos” (Nogueira, 2004, p. 195).

A revolução bolchevique de 1917 anulou os tratados existentes com as outras potências, e a paz de Brest-Litovsk “era a vitória da Revolução e a derrota da Rússia. Vencida, esta mergulhou na imensidade continental para se recuperar do desastre. Com a transferência da capital de São Petersburgo para Moscovo, o novo regime reconheceu a sua impotência para conseguir, de momento, com êxito, a hegemonia na Europa Oriental e a abertura de

8 A sua estratégia imperial envolvia a construção do maior caminho-de-ferro jamais visto, o Transiberiano, que teria mais de 7 200 km. Seria a ligação ferroviária de Moscovo até Vladivostok, capaz de transportar mercadorias e matérias-primas em ambos os sentidos em menos de metade do tempo que demorariam por via marítima, transformando-se assim uma ameaça à hegemonia da Grã-Bretanha sobre as rotas marítimas.

um caminho para os mares livres.” (Nogueira, 2004, p. 197), procurando revitalizar o Estado soviético até serem capazes de retomar os seus desígnios imperiais. Para esse efeito, Lenine procurou recuperar a economia soviética através da Nova Política Económica⁹, tendo em vista o alívio da agitação camponesa e a correção dos desequilíbrios económicos internos, na esperança de que certas formas económicas de capitalismo pudessem contribuir para estabilizar a nascente economia socialista.

A chegada de Estaline ao poder marcará o regresso efetivo da Rússia soviética aos seus desígnios imperiais tradicionais, sendo o marco histórico desse regresso a celebração do Pacto Molotov-Ribbentrop de 1939. “O pacto germano-russo foi, sem dúvida, o de maior significado” (Nogueira, 2004, p. 199), visava a partilha da Polónia, e ao mesmo tempo, “entregava a Europa em mãos eslavas” (Nogueira, 2004, p. 201), no qual “ressuscitava a visão da Catarina: o acesso ao Mediterrâneo através dos estreitos e a profunda penetração do Báltico” (*ibidem*), e será o choque das ambições de Hitler e de Estaline, a consequência da invasão nazi sobre a União Soviética, em junho de 1941, que marcar a entrada russa na Segunda Guerra Mundial¹⁰.

Como nota Franco Nogueira, a Alemanha nazi ao entrar em guerra com a União Soviética de Estaline, “fazia apelo à Europa contra forças não-europeias” (*ibidem*) A natureza da sua posição geopolítica impede a Rússia de substituir a posição da Alemanha, no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente devido a posição geográfica euro-asiática da Rússia soviética, contudo, o Estado que procurará retomar a “Ideia-Europa e que a procurará impor” (Nogueira, 2004, p. 202) está condenada a estar em guerra com a Rússia, seja qual for a sua encarnação estadual, uma vez que a Rússia “não parece inclinada a perder a oportunidade de realizar a sua

9 A Nova Política Económica, segundo Lenine, consistia num recuo tático caracterizado pelo restabelecimento da livre iniciativa e da pequena propriedade privada, admitindo o apoio de financiamentos estrangeiro (Duroselle, 2013; Milhazes, 2022).

10 “Estaline ressuscitou o nacionalismo, o prestígio do exército, a hierarquização de classes, a exaltação das grandes figuras históricas da pátria russa” (Nogueira, 2004, p. 202), como forma de fomentar a coesão soviética em torno de uma identidade comum, como forma de promover resistência contra a invasão nazi.

política imperial” (*ibidem*). E acrescenta que “para apoiar a sua realização, o povo russo regressa de novo ao seu complexo temperamento, à sua vocação messiânica e à sua força expansionista” (*ibidem*).

Tendo em consideração o enfraquecimento das grandes potências europeias na sequência da Segunda Guerra Mundial, Franco Nogueira antecipou a emergência de um mundo bipolar monopolizado entre duas superpotências antagónicas, os EUA e a URSS, como se pode verificar no seguinte excerto:

“Resta saber de que maneira vai a Europa reagir. De momento, na euforia da paz, há o idealismo contraditório da Conferência de São Francisco. A plataforma encontrada na Califórnia procura pôr de acordo com as forças de natureza divergente: o imperialismo económico dos ingleses, o imperialismo burguês dos franceses, o imperialismo rácico dos chineses, o imperialismo idealista e mercantilista dos americanos, o imperialismo ideológico e territorial dos russos. Do jogo destas forças dependerá a paz na Europa e no Mundo. Esse jogo não poderá deixar de ter em conta os imperialismos vencidos, sobretudo a Alemanha. Foi por ter esquecido a realidade francesa que a Europa defrontou o nacional-socialismo. Se esquecer a realidade alemã, suportará o socialismo moscovita.

Mas postas estas premissas parece que à Europa só se abrem duas perspectivas, ambas dolorosas: ou a aceitação e sujeição à Eurásia, que não deixará de se projectar até à Europa Central, ou uma nova guerra que restabeleça a solidariedade europeia em face do continente euro-asiático. (...) Mas esse jogo de paz e de reconstrução poderá transformar-se em curto prazo no jogo de uma próxima guerra, se à preocupação realista e útil de conciliar interesses se substituir, erradamente, a obsessão fictícia e inútil de conciliar ideologias. Porque as ideologias nunca serão harmonizadas; e os interesses em conflito, entregues a si próprios, só poderão encontrar na força um sistema de resolução. Conduzirão assim a uma nova guerra mundial. Será inerente à continentalidade europeia o fatalismo de suportar uma conflagração de vinte em vinte anos? Ou esse fatalismo desaparecerá ao preço da abdicação da Europa como condutor de continentes” (Nogueira, 2004, pp. 202-203).

No seu relatório, Franco Nogueira defende que a Rússia irá procurar cumprir os seus desígnios imperiais existentes na sua política externa, para atingir os seus objetivos estratégicos do controlo da Eurásia,

independentemente da sua incarnação estadual, e dependente da personalidade coletiva do povo russo (Nogueira, 2004).

A continuação da ideia imperial russa na política externa soviética

A principal preocupação que norteia a política externa soviética é a segurança da URSS (Ballis, 1964), e o comportamento soviético no pró-Segunda Guerra Mundial revela-se um padrão coerente de comportamento russo de procura de segurança através da expansão territorial e política (Roberts, 1999), cujo comportamento é idêntico ao comportamento imperial da Rússia czarista (Nogueira, 2004), não havendo qualquer contradição nos desígnios tradicionais do imperialismo russo. Aliás, como nota Maria Raquel Freire (2011, p. 149) “na URSS o processo de formulação e tomada de decisão estava concentrado nos líderes do Partido Comunista, sendo que o governo apenas ratificava as decisões aí tomadas, conferindo-lhes legitimidade”, em semelhança ao papel central do czar na política externa do Império Russo (Ransel, 2017; Freeze, 2017).

Apesar da Guerra Fria ter sido fundamentalmente um confronto geopolítico ideológico entre dois lados semelhantes unidos no Muro de Berlim, não deixou de ser um confronto geopolítico. A instrumentalização da revolução mundial comunista para cumprir as ambições tradicionais do Estado russo, de consolidar a conquista territorial e as anexações territoriais na Europa Central e de Leste no pós-Segunda Guerra Mundial, durante a era de Estaline, não entra em conflito com a tradição imperialista russa patente na Rússia czarista (Chamberlin, 1956), sendo uma continuação da mesma (Nogueira, 2004) que visa o controlo do continente eurasiático:

Passam por “Vladivostok e Leningrado: o primeiro, guarda avançada do eslavismo no Extremo Oriente, ponto de partida para o Pacífico e para o Sul; o segundo, bastião sobre a Europa, ponto de partida para o Báltico e a planície polaca. Assegurada a posse destes dois objetivos, os restantes – domínio dos Balcãs e entrada no Mediterrâneo; domínio do Índico e penetração na Pérsia e na Índia” (Nogueira, 2004, p. 202).

No palco europeu, a fundação do Pacto de Varsóvia, a aliança militar dominada por Moscovo que integrava os Estados-satélites comunistas existentes na Europa de Leste na esfera soviética, insere-se como resposta à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), permitindo a criação de uma zona tampão entre Moscovo e o Ocidente, que impedisse a repetição dos traumas causados pelas invasões terrestres levadas a cabo pela França napoleónica e da Alemanha nazi sob o comando de Adolf Hitler, numa alusão ao complexo de cerco russo (Duroselle & Kaspi, 2014).

No entanto, é necessário ter em conta que a criação da aliança comunista foi encarada como uma atitude formalista, por parte do Kremlin, uma vez que a existência de tropas soviéticas estacionadas nos Estados-satélites comunistas, no pós-Segunda Guerra Mundial, já evidenciava a existência de controlo soviético sobre os territórios, por intermédio do *hard power*, de cariz terrestre, em oposição às tropas da NATO lideradas pelos EUA, localizadas na Europa Ocidental. Essa capacidade militar soviética já estava bem evidenciada após a crise de Berlim de 1961, o que culminou com a construção de uma barreira física entre os sectores Leste e Oeste da cidade de Berlim, o que simbolizou a existência de uma Cortina de Ferro a separar os dois blocos antagónicos (Vaisse, 2009).

Apesar da capacidade militar terrestre do Exército Vermelho, a União Soviética ainda não tinha capacidade militar naval de rivalizar com as forças navais dos EUA, uma vez que a capacidade naval soviética não teve a mesma importância que a capacidade terrestre das forças armadas soviéticas nos primeiros momentos da Guerra Fria, só adquiriu importância para a estratégia imperial soviética durante a era Khrushchev, por causa da crise dos mísseis de Cuba de 1962, derivada da implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba, em resposta ao fracasso da Invasão da Baía dos Porcos de 1961 pelos EUA, e à presença dos mísseis balísticos dos EUA estacionados na Itália e na Turquia. A descoberta de mísseis soviéticos e da construção de plataformas de lançamentos obrigaram os EUA a impor um bloqueio naval sobre Cuba, para evitar a entrada de novos mísseis em solo cubano, e ao mesmo tempo, os EUA anunciaram que não iriam permitir a entrega de novas armas ofensivas e exigiram o desmantelamento das armas existentes, e que fossem levadas de volta para URSS, o que Moscovo aceitou, com a

garantia dos EUA que não iriam invadir Cuba e que os mísseis balísticos americanos instalados na Turquia seriam retirados (Duroselle & Kaspi, 2014).

Após a crise dos mísseis de Cuba, ficou clarificada “a superioridade americana no armamento estratégico” (Vaisse, 2009, p. 92), uma vez que “o poder dos mísseis americanos e, sobretudo, a capacidade logística americana tão perto do continente americano passaram a ser incomparavelmente superiores aos dos soviéticos” (Kenez, 2017, p. 297). Além disso, ficou claro que a União Soviética “simplesmente não era capaz de projetar a sua força para esta zona distante do globo” (*ibidem*).

Tendo em consideração a necessidade imperativa da Rússia soviética ter capacidade de projetar o poder comunista além-mar e igualmente ciente da falta de paridade da capacidade naval soviética em relação ao poder naval dos EUA, e também em relação as principais potências europeias como a Grã-Bretanha, Comité Central do PCUS sob Khrushchev ordenou a modernização das forças navais soviéticas, respondendo a uma visão estratégia de fazer a URSS uma potência naval rival dos EUA (Ullman, 1976), e com uma conjuntura internacional favorável a esse empreendimento, que eram as vagas de descolonização (Duroselle & Kaspi, 2014).

A necessidade de Moscovo procurar projetar poder naval encontrava-se associada à configuração do território soviético não permitia o acesso permanente a mares abertos, quer por razões climatéricas, nomeadamente os portos de Murmansk e Vladivostok, quer por estarem fechados por estreitos controlados pela NATO, ou seja, os estreitos turcos e dinamarqueses. Além disso, a qualidade dos navios soviéticos não podia rivalizar com a qualidade dos navios dos EUA. Apesar do esforço enorme de aumento da capacidade naval, a URSS nunca conseguiu apresentar-se como uma superpotência marítima capaz de conseguir obter o controlo dos mares (Ullman, 1976).

A justificação para o comportamento soviético ficou evidenciada após o discurso de Leonid Brejnev, em 1968, no qual concretiza o aparecimento de uma doutrina de soberania limitada, onde se articulavam os limites dentro dos quais os Estados-satélite comunistas da Europa de Leste podiam operar,

o que se veio a confirmar como um sinal do comportamento imperial da liderança soviética.

Na ótica da liderança do Comité Central do PCUS sob Brejnev, o Exército Vermelho tem a obrigação de ajudar os povos da sua esfera de influência a exercer a sua autodeterminação num sentido ideológica e geopoliticamente correto, e em casos de desvio, há que ajudar a corrigir esse mesmo desvio. Qualquer decisão desses Estados que pudesse colocar em causa o modelo do comunismo soviético nos Estados-satélite, ou os interesses fundamentais do socialismo noutros países, ou mesmo o movimento comunista a nível mundial, servia de pretexto para justificar a intervenção militar soviética, tendo como propósito a preservação da integridade e da coesão do bloco comunista (Mendes, 2022; Milhazes, 2022). A URSS recorreu aos seus recursos militares presentes no bloco comunista para enfrentar os levantamentos populares que emergiram na Polónia, na Hungria, na Checoslováquia e no Afeganistão (Hauner, 1991), tendo em vista a aplicação da repressão sobre os opositores para preservar o controlo imperial russo sobre o bloco comunista. Este pensamento imperial ainda continuou sob as breves lideranças de Yuri Andropov e de Konstantin Chernenko à frente do Comité Central do PCUS, sem alterações de fundo até à ascensão de Mikhail Gorbatchov à liderança do Partido Comunista soviético (Milhazes, 2022).

A chegada ao poder de Gorbatchov, em 1985, com a implementação das reformas políticas como a *Perestroika* e a *Glasnost*, por um lado, apressou a mudança das atitudes políticas que contribuíram para o fim da Doutrina Brejnev, em resposta à estagnação, à corrupção do sistema político comunista, e ao desastre da campanha militar soviética no Afeganistão. Por outro lado, a implementação das suas reformas políticas desencadeou o princípio do fim do império soviético.

Conclusão

A Rússia na forma da sua política externa surge como sendo Estado condicionado pela sua posição geográfica¹¹, ou seja, ameaçada por povos hostis e, por isso, desde seus primórdios teve de dominar e expandir-se para garantir sua segurança, cujo comportamento é justificado pela sua natureza geopolítica (Nogueira, 2004). Mesmo durante seu auge de poder, durante a Guerra Fria, a necessidade de impor uma política externa estratégica baseada em cálculos realistas de poder se mostrou evidente.

Para Franco Nogueira, a relação entre a ideologia da Rússia soviética e o imperialismo russo é esclarecida no seguinte excerto:

“Não parece, assim, que a Rússia de hoje seja imperialista por ser comunista – mas apenas por ser a Rússia. Se no trono do Kremlin, em lugar de um marechal de recente promoção, se encontrasse um Czar, a política externa russa seria idêntica. O que deve, portanto, estar em causa, não é a personalidade do ditador moscovita e a doutrina do partido comunista: o que deve estar em causa é a personalidade coletiva do povo russo e a tendência imperialista da alma eslava” (Nogueira, 2004, p. 202).

Apesar de o Império Russo não ser a mesma coisa que a União Soviética (Tomé, 2018), no entanto, ambos são encarnações estatais da Rússia. Franco Nogueira considera que a Rússia não deixa de ser a Rússia, independentemente das suas configurações políticas, uma vez que “trata-se de verificar que, qualquer seja a sua política interna, a política externa do Kremlin é imutável e constante: os objetivos permanecem, hoje como ontem, sempre os mesmos” (Nogueira, 2004, p. 202).

Após a morte de Estaline, os líderes da União Soviética que o sucederam, procuraram cumprir os mesmos desígnios da política externa russa tradicional, sendo uma das marcas mais notáveis do imperialismo russo na

11 “A Rússia é europeia, mas asiática, eslava, mas oriental, cristã, mas ortodoxa, historicamente expansionista, mas decisiva para travar a França de Napoleão e a Alemanha de Hitler, provocou a Guerra Fria, mas soube manter uma certa coexistência pacífica... E da mesma maneira que em tempos se confundia a URSS com a antiga Rússia, também hoje há a tendência para confundir a Federação Russa com a defunta União Soviética” (Tomé, 2018, p. 69).

política externa soviética, o aparecimento da Doutrina Brejnev, “reservava à União Soviética o direito de evitar o afastamento do bloco ou queda do Comunismo” (Mendes, 2022, p. 239), dos Estados integrantes do bloco soviético, tendo o direito de intervir contra qualquer ameaça ao poder do PCUS.

Na lógica realista, a existência de uma política imperial soviética é, na realidade, a política externa russa tradicional, que sempre existiu desde o tempo dos czares, e que continuou desde o aparecimento da Rússia soviética, cujas fronteiras correspondem à Rússia histórica, o dito espaço imperial russo.

“A aceitação, com Mikhail Gorbatchov, do desmantelamento do bloco soviético, em 1990-1991, significou o repúdio” (Mendes, 2022, p. 239) da Doutrina Brejnev, e como consequência, despoletou-se a desagregação da URSS, o que por sua vez, trouxe o fim da era imperial soviética, mas não o fim da Rússia como Estado soberano.

Em suma, “não se trata de procurar saber qual é a ideologia do Governo de Moscovo. Trata-se de verificar que, qualquer seja a sua política interna, a política externa do Kremlin é imutável e constante: os objetivos permanecem, hoje, como ontem, sempre os mesmos” (Nogueira, 2004, p. 202). Por outras palavras, enquanto o povo russo não perder o sentimento imperial, em semelhança ao caso alemão no pós-Segunda Guerra Mundial, a Rússia, seja qual for a forma que optar por assumir, irá sempre perseguir o seu desígnio imperial (Nogueira, 2004). Como nota Franco Nogueira, a política externa russa “assim esboçada e indicada à consciência coletiva do povo seria de futuro concretizada. E os dirigentes responsáveis não perderiam uma só oportunidade de a consolidar” (Nogueira, 2004, p. 182).

Foi assim no tempo da Rússia dos czares, foi assim com a Rússia soviética sob a ditadura totalitária do PCUS, e continua a ser assim agora com a Federação Russa sob o comando do Presidente Vladimir Putin. Ainda neste momento, com a guerra entre a Ucrânia e a Rússia em andamento, vemos uma ideia imperial russa a trilhar o seu caminho no conflito armado, por receio da expansão das fronteiras da NATO, cada vez mais perto das fronteiras russas.

Referências bibliográficas

- Ballis, W. B. (1964). Soviet foreign policy: goals and tactics: A lecture delivered at the Naval War College on 5 October 1964. *Naval War College Review*, 17(4), 54–65. <http://www.jstor.org/stable/45231033>
- Brandão, F. C. (2004). Elementos biográficos. In Nogueira, A. F.; Brandão, F. C. (compil.). *Relatórios Anuais* (9-40). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Chamberlin, W. H. (1956). Seven Phases of Soviet Foreign Policy. *The Russian Review*, 15(2), 77–84. <https://doi.org/10.2307/126043>
- Duroselle, J. & Kaspi, A. (2014) *História das Relações Internacionais – de 1945 aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Texto & Grafia.
- Duroselle, J. (2013). *História das Relações Internacionais – de 1919 a 1945*. Tomo I. Lisboa: Texto & Grafia.
- Freire, M. R. (2011). Federação Russa. In Freire, M. R. (Coord.). *Política Externa-As Relações Internacionais em mudança* (149-169). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Freeze, G. L. (2017). Reforma e Contrarreforma 1855-1890. In Freeze, G. L. (Org.). *História da Rússia* (225-257). Lisboa: Edições 70.
- Hauner, M. (1991). *The Soviet war in Afghanistan: Patterns of Russian imperialism*. Lanham, Md: University Press of America.
- Kenez, P. (2017). *História da União Soviética*. Lisboa: Edições 70.
- Martin, J. (2017). De Kiev à Moscóvia: Dos inícios a 1450. In Freeze, G. L. (Org.). *História da Rússia* (35-61). Lisboa: Edições 70.
- Mendes, P. E. (2022). Doutrina Brejnev. In Sousa, F.; Mendes, P. E.; Freitas, J. G.; Ferreira, D.; Tavares, A. (Coord.). *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (239). Coimbra: Edições Almedina.
- Milhazes, J. (2022). *A mais breve história da Rússia – dos eslavos a Putin*. 6ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Nogueira, A. F. (2004). Teoria de um império – breve síntese da política externa russa. In Nogueira, A. F.; Brandão, F. C. (compil.). *Relatórios Anuais* (169-203). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Tavares, J. (2023). *Franco Nogueira e a política externa portuguesa do Estado Novo*. Coimbra: Editora d'Ideias.
- Tomé, L. (2018) Geopolítica da Rússia de Putin: não é a União Soviética, mas gostava de ser... *Relações Internacionais*, 60, 69-99. <https://doi.org/10.23906/ri2018.60a05>
- Ullman, H. K. (1976). The cuban missile crisis and soviet naval development: myths and realities. *Naval War College Review*, 28(3), 45–56. <http://www.jstor.org/stable/44641643>

Ransel, D. L. (2017). A Rússia da pré-reforma 1801-1855. In Freeze, G. L. (Org.). *História da Rússia* (195-223). Lisboa: Edições 70.

Roberts, G. (1999). Ideology, Calculation, and Improvisation: Spheres of Influence and Soviet Foreign Policy 1939-1945. *Review of International Studies*, 25(4), 655-673. <http://www.jstor.org/stable/20097627>

Pinto, J. N. (2013). *Portugal: Ascensão e Queda*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Vaisse, M. (2009). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.